

## ENTREVISTA COM PROFESSORAS (ES) DE FILOSOFIA DO ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ

Com o objetivo de cartografar uma parte das múltiplas formas de trabalho com a Filosofia no estado do Ceará em nossa atualidade, a revista *Dialectus* organizou, através dos editores desta edição, Antônio Alex Pereira de Sousa e Paulo Willame Araujo de Lima, um conjunto de entrevistas com múltiplos(as) professores(as) e profissionais que têm a Filosofia como meio de trabalho. Sabemos que os entrevistados convidados não contemplam toda a diversidade de experiências que se dão na “Terra da Luz”, mas elas podem proporcionar uma pequena compreensão de como está sendo trabalhada a Filosofia no estado do Ceará. Neste bloco estão presentes as falas de docentes de cursos de Filosofia de Instituições de Ensino Superior Públicas, etapa responsável pela formação inicial e continuada de professores de Filosofia. Desejamos uma boa leitura e que os ditos e escritos aqui presentes possam fomentar reflexões e criações em torno do ensino de Filosofia no Ceará e no Brasil. Abaixo, seguem os nomes das(os) professoras(es) entrevistados<sup>1</sup>:



*Ada Beatriz Gallicchio Kroef*

Professora de Filosofia na UFC

**Mais informações**

<http://lattes.cnpq.br/0134131107132946>



*Vicente Thiago Freire Brazil*

Professor de Filosofia na UECE

**Mais informações**

<http://lattes.cnpq.br/3922153001209706>



*Roberta Liana Damasceno Costa*

Professora de Filosofia na UVA

**Mais informações**

<http://lattes.cnpq.br/8310605183404807>



*Elizabeth Bezerra Furtado*

Professora de Filosofia na UECE

**Mais informações**

<http://lattes.cnpq.br/0619402317070400>

### ENTREVISTA

<sup>1</sup> Ao final da entrevista o leitor pode conferir o currículo completo de cada entrevistado.

*Poderia iniciar falando um pouco sobre a sua compreensão de ensino de Filosofia, qual o seu papel nas diversas etapas de ensino superior e educação básica e, se possível, um pouco da sua trajetória e relação com ele, o ensino de Filosofia?*

**Ada Kroef:** Eu entendo que filosofia não se ensina, filosofia se experimenta. Sou professora de Capacitação e Estágio no curso de Licenciatura em Filosofia da UFC, logo, tenho uma participação na formação de futuros professores e, também, sou integrante do Mestrado Profissional em Filosofia, participando, também, na formação de atuais professores em nível de Ensino Médio e Ensino Fundamental. Venho, apresentando uma introdução ao pensamento da filosofia da diferença, tanto com conceitos trazidos pelos filósofos franceses, quanto o pensamento de filósofos brasileiros que pensam a educação e o ensino de filosofia a partir desta perspectiva. Além, da apresentação dos conceitos potentes para análises no plano da educação, tentamos disparar práticas e experimentações, articulando estes conceitos e colocando-os em funcionamento. A perspectiva de transversalizações da filosofia com a arte e a ciência dispara possibilidades de criação de práticas que fogem das aulas de história da filosofia no sentido de produzir novas possibilidades de exercício do pensamento, que, além da história da filosofia, propicie e dispare relações dos conceitos com a vida!

**Vicente Brazil:** Com o objetivo de estruturar melhor minha argumentação, vou inverter a ordem de minhas respostas a esse conjunto de questionamentos. Sou professor de Filosofia desde o segundo ano da minha graduação, iniciei minhas atividades docentes bem no momento da implantação da “obrigatoriedade” do Ensino de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio. Foi um momento de virada para essas disciplinas na Educação Básica, especialmente em razão do espaço que os itens de Filosofia e sociologia passaram a ocupar no ENEM – é lógico que isso também enviesou de saída os currículos nas escolas.

Tive a oportunidade de atuar em vários segmentos educacionais, no Ensino Fundamental 1, Fundamental 2, Ensino Médio, Ensino Técnico, EJA e Cursinhos Preparatórios – do setor privado e da Educação Pública. Também tive a oportunidade de desenvolver materiais didáticos (apostilas) para editoras educacionais. Nos últimos sete anos tenho atuado exclusivamente no Ensino Superior – em cursos de Graduação e Pós-graduação – colaborando diretamente na formação de novos professores. Em minha atuação na pós-graduação, sou o responsável, há alguns anos, pela disciplina de Metodologia do Ensino Superior. Procuro demonstrar aos mestrandos como as transformações nas políticas públicas educacionais para o Ensino Médio impactam diretamente na necessidade de atualizações nos ementários e PPC’s dos cursos de graduação. A verdade é que a ausência de uma articulação entre os atores políticos que determinam as mudanças estruturais na Educação Básica e a Formação de Professores no Ensino Superior causa uma letargia extremamente danosa a todos os grupos educacionais envolvidos. Com relação a presença do Docente de Filosofia no Ensino Superior, discuto com os mestrandos a necessidade de compreender que a grande maioria dos Professores de Filosofia nas universidades atuarão na ministração de disciplinas em cursos que não são para a formação de futuros Docentes em Filosofia, o que se constitui um enorme desafio didático.

É a partir dessa trajetória formativa e profissional que discuto sobre o Ensino de Filosofia, ou seja, a partir do campo teórico-reflexivo, mas também de vivências profissionais, por isso, antes de mais nada, sempre levo em consideração a necessidade de sensibilidade com

relação às especificidades de cada colega docente, educando, sala de aula e escola. Tal variabilidade de experiências não se constitui um impeditivo para o Ensino de Filosofia, e sim, uma riquíssima possibilidade de múltiplas aprendizagens.

Compreendo o Ensino de Filosofia como um contínuo tensionamento conceitual, especialmente entre a bagagem cultural que os educandos trazem e a fortuna crítica filosófica que lhes é apresentada. Somente quando a educabilidade filosófica é conduzida desta forma, como um metódico e sistemático processo de enriquecimento teórico, ou seja, de um gradual abandono de uma compreensão superficial da realidade para uma apropriação crítica, radical e abrangente, de fato ela realiza-se como um experimento filosófico. Contudo, o grande desafio que se impõe à docência de Filosofia é a realização de todo esse processo de modo *orgânico* – sem fórmulas ou métodos padronizados, mas como parte integrada da educação integral dos envolvidos –, *livre* – sem constrangimentos institucionais ou seduções por bons resultados em grandes avaliações –, e *emancipatório* – é urgente que nos afastemos da lógica religiosa Mestre-Discípulo para um filosofar horizontalizado, no qual todos os atores educacionais possam integrar significativamente o processo. Sem estes três eixos norteadores a Filosofia reduz-se apenas a um saber enciclopédico, um conhecimento manualístico, um conjunto de informações absolutamente desconectadas com a realidade dos educandos.

Por fim, sabedor que sou das limitações de carga horária que o Ensino de Filosofia enfrenta – tanto na Educação Básica como no Ensino Superior – penso que se faz urgente uma contínua luta política pela garantia de espaço e visibilidade da disciplina de Filosofia nos currículos de todos os níveis educacionais. Simultaneamente a essa compreensão da luta coletiva daqueles envolvidos no Ensino de Filosofia, sou um entusiasta de projetos de extensão, grupos de estudo, projetos inter/transdisciplinares que fomentem uma educabilidade filosófica para além dos limites AULAS / NOTAS / CURRÍCULOS / GRANDES AVALIAÇÕES EXTERNAS.

**Roberta Damasceno:** Início a minha resposta sobre a compreensão de ensino de Filosofia relacionando-a com a minha própria trajetória enquanto estudante e professora de Filosofia. Justifico esta relação através de alguns aspectos que são: - de natureza histórica, ao envolver a trajetória da inserção do ensino de filosofia nas instituições de educação formal; - de estudos conceituais por buscar entender qual é a natureza de ensinar filosofia, seus métodos, sua didática sem deixar de pensar o que se pode fazer ou se deve fazer ao ensinar filosofia, ou mesmo pensar que Filosofia estamos a ensinar e por fim de ação ética-político-profissional pois o ensino de filosofia nos pede a assumir uma responsabilidade de colocar o ensino de filosofia em diálogo e enfrentamentos que emergem do presente no qual a tarefa de ensinar filosofia torna-se um empreendimento desafiador que ao se concretizar não pode deixar de questionar, criticar e realizar questionamentos filosóficos sobre os ideais pedagógicos, políticos, sociais e culturais que atravessam a formação humana. Deixo aqui o/a leitora já em alerta pois esses aspectos podem aparecer atravessados em minha exposição argumentativa.

Dito isto, coloco esse diálogo/questionamento a mim feito dentro de um quadro histórico que trouxe tanto para nós professores, como para os estudantes da educação básica e do ensino superior um momento de discussão sobre o ensino de Filosofia, e que particularmente foi e está sendo um divisor de águas para o próprio ensino de filosofia no Brasil. Sabemos que

a obrigatoriedade da disciplina Filosofia na educação básica veio com o decreto da lei a Lei Federal nº 11684/08, e depois de três décadas de eventual presença e ausência ( a filosofia foi banida dos currículos em 1971, da ditadura militar) nos currículos em escolas públicas e privadas, devolveu a comunidade acadêmica, escolar e política um amplo campo de debate que fomentou questionamentos sobre o papel formativo da filosofia na educação básica e sobre o ensino de filosofia como campo de pesquisa.

Fiz meu ensino médio no final da década de 90 e não tive contato com a disciplina de filosofia, o primeiro encontro com a Filosofia foi em 2002 na graduação em Filosofia na universidade Federal do Ceará, o que mostra que minha formação básica e acadêmica/profissional não atravessou o espírito da presença da filosofia como disciplina e muito menos a questão do ensino de filosofia como aspecto formativo profissional. Como professora de filosofia que atua no ensino superior com formação de professores, tive meu percurso profissional inaugurado em 2009 numa escola de ensino médio no Estado do Ceará, hoje compreendo que o lugar da filosofia na educação básica é de ser agente formativo e constituidora de sujeitos pensantes, críticos, éticos e atuantes, pois enquanto disciplina na educação básica, a filosofia é guardiã e responsável por transmitir aos estudantes a tradição e a cultura filosófica como também de conhecimentos já produzidos pela humanidade, não afirmo que o saber filosófico é superior aos outros saberes , que também são partes fundamentais e constituintes do currículo escolar, mas quero expressar que a singularidade que marca o ensino de filosofia, seja por história ou por seus problemas e métodos é de fundamental importância na construção do caminho a ser percorrido pelos estudantes no seu processo de formação. O ensino de filosofia como tema de debate após a sua obrigatoriedade trouxe em seu momento histórico e decisivo a indissociabilidade entre pesquisa e ensino e entre Universidade e Escola. Nossas pesquisas e ações estão voltadas para pensar e articular a singularidade desse papel formativo da filosofia na educação básica, a formação de professores e o seu lugar institucionalizado. Vejo com bons olhos a aproximação entre Escola e Universidade pois nos mobiliza a pensar o caráter específico do ensino de filosofia e assim garantir um diálogo transversal com os demais campos de saber e fazer com que o/a profissional do ensino de filosofia, o/a professor, traga para sua reflexão a tomada de atitude por uma concepção de filosofia que traga para o centro de sua ação pedagógica uma responsabilidade genuína com o papel social que o ensino de filosofia ocupa.

Entendo que a defesa do ensino de filosofia e da formação de professores se faz urgente e presente, enquanto professora defendo que o ensino de filosofia deve se ocupar de reflexões sobre as diversas formas de conhecer a realidade, discutir sobre os conceitos e suas formulações, problematizar as verdades impostas e compreendidas muitas vezes como já comprovadas, porém enquanto professores de filosofia não podemos furtar do seu ensino o seu caráter crítico e político capaz de impulsionar na formação dos nossos alunos e dos nossos futuros professores o desenvolver do estímulo para ação, ação de transformação social na luta contra as opressões, os preconceitos e as injustiças sociais.

**Elizabeth Furtado:** Cerletti, no seu livro *Ensino de Filosofia como problema filosófico*, afirma que o tipo de vínculo que se estabelece com a Filosofia é substancial a todo ensino. A compreensão sobre o ensino de Filosofia que fui desenvolvendo está intimamente ligada à

compreensão que tenho da própria Filosofia, uma forma de estar no e com o mundo. Meu primeiro contato com a Filosofia não se deu na escola, foi em meio aos questionamentos sobre a vida e o viver num contexto bem complexo de ditadura militar, com o fim do milagre econômico e com a crise internacional do petróleo. Eram meados da década de 1970, e a impossibilidade de controle do capital anunciava a nova fase do capitalismo, definida pela crise estrutural do capital. Incapaz de fazer esta análise naquele momento, o que me tocava era o aprofundamento das desigualdades sociais imediatamente visível e o silêncio velado àquele respeito. Estava entrando no 2º grau [hoje ensino médio], numa escola pública impactada pela Lei 5.692/71, que instituiu a profissionalização universal e compulsória e retirou a Filosofia do currículo da formação do capital humano. O tecnicismo educacional deixou a escola pequena para as grandes inquietações da minha geração.

Foi fora da escola, no movimento de base da Igreja, inspirada em Medellín e Puebla, que encontrei espaço de interlocução em torno de questões de cujo caráter filosófico eu sequer desconfiava. Nas rodas de debate, mediadas pelo diálogo freiriano, iniciei o contato com as questões do existencialismo e do marxismo e vivi minha primeira experiência de docência. Alfabetizando adultos pelo método Paulo Freire, compreendi que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. Avalio que aquela experiência me permitiu entender, mais tarde, a necessária relação entre a Filosofia e o filosofar no ensino de Filosofia. Se meu encontro com a Filosofia se deu fora da escola, foi através do ensino que compreendi a potência emancipatória do conhecimento e da Filosofia.

Estudei Filosofia numa faculdade católica, cujo método de ensino, de inspiração escolástico-tomista, se fazia pela exegese do texto filosófico, não abrindo muito espaço para o exercício do filosofar. Fora da sala de aula, os encontros e as trocas teóricas e políticas impulsionavam o pensar autônomo e foram determinantes para a minha formação. A preparação para a docência ocorreu ao final do curso, seguindo uma lógica tecnicista de pouca reflexão e algum treinamento. Logo que concluí o curso, fui convidada para assumir uma disciplina na mesma faculdade. Esta experiência, desafiadora, me tirou do lugar da crítica para o exercício de construção da crítica crítica e, o mais importante, me deu a certeza de minha escolha profissional.

Na metade da década de 1980, comecei a ensinar História numa escola básica pública. A Filosofia ainda estava fora do currículo escolar, embora reivindicada por um amplo movimento nacional que encampava uma importante luta dentro da escola pela inclusão da Filosofia no currículo. Iniciei, então, a docência de Filosofia, ocupando os últimos horários da grade de aulas, sem material didático e enfrentando preconceitos pragmáticos e utilitaristas. Entre erros e acertos, fui aprendendo as especificidades do ensino de Filosofia que não se limitasse à transmissão da história da Filosofia ou ao debate de temas. Foram mais de 25 anos aprendendo mais que ensinando em meio às tantas mudanças normativas – LDB, PCNs, DCNs, PNE – que me obrigavam a indagar sobre o que, como e por que ensinar Filosofia de modo a fazer sentido na formação dos alunos. Priorizei trazer a Filosofia para a vida deles, experienciando a potência do pensamento autônomo acerca de si mesmo, do outro e da realidade. Foi preciso aprender a selecionar conteúdos e exercitar metodologias; produzir material didático; trabalhar o texto filosófico na aula; aprender a problematizar filosoficamente e desenvolver a paciência do conceito; e participar da organização dos professores e da luta

pelo direito à Filosofia. Um enorme aprendizado encharcado de cansaço cotidiano do trabalho docente precarizado, mas também, e sobretudo, marcado pela alegria de poder ver o encontro dos alunos com a Filosofia.

Neste meio tempo, fiz Mestrado em Educação da UFC, onde pude estudar mais a teoria crítica e educação. Aprofundei leituras, estudei Gramsci e Lukács, aprendi mais sobre educação e refleti a minha prática docente. Em 1994, entrei para a UECE e fui trabalhar com Introdução à Filosofia e Fundamentos Filosóficos da Educação, na licenciatura de Pedagogia. A permanência na escola básica foi valiosa para o trabalho de formação docente na universidade, levando em conta que as duas realidades são a um só tempo distintas mas imbricadas. Na sequência, fiz Doutorado em Educação e conheci Mészáros, que me ajudou a pensar para além do capital. Compreendi que não pode haver educação emancipada sem uma sociedade emancipada e que, por isso, não podemos nos conformar com a emancipação política: é preciso alinhar o ensino, no meu caso de Filosofia, a ações comprometidas com a emancipação humana.

Em 2006 passei a fazer parte do colegiado do Curso de Filosofia da UECE e lecionei diversas disciplinas filosóficas em vários cursos da universidade. Nesse exercício de ensino da disciplina para alunos e alunas de outras graduações, compreendi que ensinar Filosofia para quem não escolheu a escolheu profissionalmente é uma tarefa desafiadora, de modo que aquele foi um período muito rico, em que tentava não sucumbir aos apelos de uma tal filosofia *aplicada*.

Depois de algum tempo, consegui entrar na área de ensino de Filosofia e Formação de professores do curso de Filosofia, o qual engloba o bacharelado e a licenciatura. Estruturado para ofertar as disciplinas filosóficas conjuntamente para os dois cursos, deixam-se as disciplinas relacionadas ao ensino de filosofia mais para o meio e final do processo formativo. Metodologicamente, como tem sido recorrente nos cursos de Filosofia da Brasil, há uma ênfase na exegese dos textos filosóficos, restando pouco espaço para a reflexão autônoma, sobretudo acerca do ensino de Filosofia. A ausência de professores com formação específica – especialistas em ensino de Filosofia – tem impossibilitado o assentamento da área calcado equilibradamente no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, o que acaba por minar o potencial do curso e a formação dos alunos.

Nos últimos anos, tenho coordenado o estágio supervisionado da licenciatura em Filosofia, com o compromisso de criar as condições que permitam a indispensável articulação teórico-prática. Para tanto, a política de estágio definiu a criação de Fórum de Supervisores como forma de aprofundar o vínculo entre universidade e escola. Com a participação dos professores supervisores, professores orientadores, estagiários e afins do ensino de Filosofia, esse espaço fecundo de discussão, estudo e articulação tem sido um diferencial na formação docente. A aproximação com os professores de Filosofia da educação básica, através do Fórum, além de contribuir positivamente para a formação de novos professores de Filosofia, fomentou a luta pela defesa da Filosofia e de seu ensino no estado do Ceará. Acompanhando a formação docente, estimulando o debate sobre ensino de Filosofia e incentivando a organização política dos professores, o estágio supervisionado da licenciatura em Filosofia se compromete com uma formação docente que assegure a capacidade crítica e a atuação reativa e propositiva frente às exigências do nosso tempo.

*O Brasil, há alguns anos, vem passando por reformas educacionais que estão transformando a forma de organização educacional dos sistemas, bem como as concepções que as subsidiam. A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) é aquela que modifica, especificamente, a forma de organização das licenciaturas, entre elas a Filosofia. Qual a sua compreensão quanto a BNF-Formação e quais os efeitos que ela pode ter na formação inicial de professores de Filosofia e no ensino de Filosofia na educação básica?*

**Ada Kroef:** Acredito que em qualquer política educacional é possível criar fendas, ocupar brechas e potencializar iniciativas que criem alternativas para a produção de processos criativos. quanto mais gerais os traços diagramáticos destas políticas, mais espaços temos para a criação de singularidades. É preciso instrumentalizar os profissionais envolvidos no ensino em formações que propiciem análises críticas dos contextos que vivemos nesta política e além dela.

**Vicente Brazil:** Há um abismo gigantesco entre o estabelecimento formal de legislações educacionais e sua efetivação com impactos concretos na formação discente. Dito isto, penso que historicamente houve um erro procedimental na implementação das políticas públicas educacionais: não faz nenhum sentido que a obrigatoriedade das mudanças na Educação Básica seja requerida antes da inserção dos debates sobre tais alterações no currículo dos cursos superiores de Formação de Professores. Há ainda uma outra contradição que salta aos olhos nesse processo: como é possível que as mudanças na grande estrutura da Educação Básica brasileira deem-se de forma mais rápida do que no reduzido universo dos Cursos Superiores de Formação Professores? De modo imediato penso em duas respostas possíveis, porém antecipo que não considero nenhuma delas como academicamente satisfatória. Em primeiro lugar, as alterações da legislação da Educação Básica ocorrem de modo mais imediato porque elas obedecem a lógica da arbitragem política, e não dos critérios científico-acadêmicos. Infelizmente as redes educacionais – públicas e privadas – são mais suscetíveis às interferências político-financeiras do que os espaços universitários. Na maioria dos casos o que se acompanha é uma teatralização democrática que finaliza no encaminhamento de certas decisões que já tinham sido previamente decididas. Em segundo lugar, historicamente o setor e as disciplinas de Ensino de Filosofia e da área pedagógica são compreendidos como secundárias no processo formativo das licenciandas. Há um preconceito estabelecido, que se perpetua sistematicamente nas graduações em filosofia, que hierarquiza a formação em filosofia teórica como superior ao conjunto de disciplinas dedicadas à formação específica de docentes de filosofia, e por último nesta escala, estariam as disciplinas gerais da formação de professores. Pode-se demonstrar a facticidade desta afirmação por várias vias, apresenta-se aqui apenas uma – e bem pragmática: a carga horária dedicada à dimensão do engajamento profissional na formação de novos professores não possui o quantitativo de docentes efetivos equivalentes. Dito de outra forma, há pouquíssimos concursos para docentes no setor de Ensino de Filosofia e na maioria absoluta dos colegiados docentes dos diversos cursos de licenciatura em filosofia no Brasil não há paridade de docentes efetivos e disciplinas obrigatórias da área de engajamento profissional. Uma conclusão inevitável que se chega em razão deste problema estrutural é a baixa produção acadêmica no setor (artigos, capítulos, livros dissertações, teses, etc.), o reduzido universo de

jovens pesquisadores interessados na área, e a perpetuação de uma compreensão de desprestígio com relação ao Ensino de Filosofia.

Estabelecido este longo preâmbulo, a BNC-Formação não conseguiu romper com os dois problemas supracitados. Por uma questão lógica, é evidente que a BNC-Formação deveria ter sido previamente consolidada nas licenciaturas – testada e pré-testada – para só então o projeto de uma BNCC ser estabelecida. Nada disso aconteceu! A Educação Básica está discutindo sobre a BNCC há quase 5 anos, enquanto que a BNC-Formação persiste como um tema distante do centro dos debates na Universidade. Também é importante ressaltar que a segmentação interna da BNC-Formação – apesar da garantia institucionalizada de uma longa carga horária dedicada a formação de professores – não conseguiu enfrentar de modo prático uma visão hierarquizante dos conteúdos formativos das licenciandas e licenciandos.

**Roberta Damasceno:** Entendo que a BNC –Formação hoje se configura como um documento que retira da Universidade sua autonomia didático-científica. Afirmo isso não por ser contra a construção de uma política educacional que pense as bases para a formação do docente, mas o texto e a ideologia que perpassa a elaboração da política de formação de professores formalizada pelo CNE em 2019 implantaram as Diretrizes curriculares emergem de uma agenda neoliberal que impõe um reformismo curricular que longe de pensar as especificidades da educação brasileira. A BNC-Formação é o instrumento usado para “formar professores para ensinar a BNCC”, ou seja, é o caminho para tornar possível o modelo de escola, educação e formação que o capitalismo contemporâneo projeta. O documento busca não só obrigar Universidade a moldar seus projetos de formação a partir de diretrizes centralizadas e externas que atendam as demandas do mercado e da formação via competências, mas também visa o disciplinamento da formação pedagógica que desarticula ao meu ver, a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que disciplina também o acesso à cultura científica e a formação intelectual do professor formador na universidade e retira da própria universidade a construção dos saberes necessários para formação desse docente. Longe de fortalecer os pilares da formação do professor em conhecimento, prática e engajamento os princípios da BNC-Formação atual, se configuram como um espaço de disputa pela formação na educação básica e o futuro do profissional do ensino de filosofia ver seu espaço de atuação reduzido e direcionado ao se alinhar com a lógica neoliberal de formação.

É preciso que estejamos cientes e atentos criticamente as reformas curriculares em curso e aos discursos que as envolvem, pois sendo estes travestidos por uma promessa de intervenção qualificada e de inovação capaz de promover uma formação mais interessante e coerente com a realidade dos educandos, seu alvo são às escolas públicas onde estão os filhos dos trabalhadores e da maioria da população brasileira atualmente empobrecida pela lógica neoliberal do vencer pela competitividade, por mérito e tais discursos estão aquém da construção de uma escola mais justa, igualitária e de qualidade.

**Elizabeth Furtado:** É importante explicitar que essa onda reformista que atingiu a educação brasileira nos últimos quatro anos expressa o recrudescimento da política neoliberal, agora aliada da direita conservadora, implantada desde a década de 1990 no Brasil. Os dois últimos governos ofereceram um campo fértil para a construção de uma hegemonia do capital na educação através da proposição de mecanismos de controle do processo educativo. As reformas

educacionais apresentadas neste período têm por fim submeter a educação às necessidades de recomposição do capital, alinhando as políticas educacionais à agenda dos organismos econômicos internacionais. Internamente, os grupos empresariais e suas fundações vêm trabalhando para transformar o direito social da educação em serviço, de modo a, assim, poderem, inclusive, entrar na disputa dos fundos públicos. Visando a este objetivo, pressionam o estado pela orientação dos currículos, propondo a padronização de conteúdos e métodos que, segundo eles, irão “maximizar a eficiência”, salvar a educação nacional e contribuir com o desenvolvimento da economia. Laval, em seu livro *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*, aponta que o sistema educativo, sob a lógica neoliberal, é colocado a serviço da competitividade econômica e do mercado, devendo ser gerido como uma empresa.

A partir dessas considerações, minha percepção é de que a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) tem o propósito de alinhar os professores ao projeto de formação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assegurando a institucionalização do ensino por competência e tudo o que esse conceito polissêmico engloba. Por óbvio, os professores da educação básica precisam ser formados considerando as demandas da educação básica. No entanto, a formação do professor não pode espelhar a formação básica como quer o Art. 2º da Res. CNE/CP Nº 2/2019, que estabelece como pressuposto para a formação docente o desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC e, em função destas, as aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes. Tampouco pode restringir a formação docente a um modelo formativo prescrito que atenta contra a autonomia teórica e prática da universidade (e dos professores), que tem negada sua capacidade de produção de conhecimentos a partir da sua própria prática. A BNC-Formação impõe uma involução à formação docente antes respaldada na Res. CNE/CP Nº 2/2015, que foi construída com a participação de diversos setores e movimentos ligados à formação docente. Tratar a formação dos professores como apêndice do projeto formativo da BNCC solapa qualquer pretensão de uma formação que atenda às reais demandas da sociedade, em especial da classe trabalhadora, e subordina a educação do país aos interesses do capital.

Elaborada sem consulta à comunidade escolar, às universidades e aos pesquisadores, a BNC-Formação se resume a um quadro com um rol de competências gerais, específicas e com as habilidades a estas relacionadas. Muito criticada no meio educacional, se realmente for implementada, vai produzir um grande impacto em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação inicial docente. Ela significa, afinal, que todas as licenciaturas, incluindo a licenciatura em Filosofia, deverão adaptar seus projetos pedagógicos curriculares (PPC) ao “saber fazer” da pedagogia das competências, requerendo à formação docente os mesmos princípios estabelecidos pela BNCC (Art.3 CNE/CP Nº 2/2019). Da forma como se apresenta, a BNC-Formação secundariza o conhecimento teórico e o pensamento crítico-reflexivo em troca dá ênfase à atividade prática em cursos que, a exemplo da Filosofia – cuja formação permite a compreensão de que, por trás de cada prática, há pressupostos filosóficos, históricos e sociais –, enfrentam o desafio da indissociabilidade teórico-prática nos seus currículos.

Neste sentido, o Manifesto em defesa da formação de professores, divulgado pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE –, e o Fórum

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 12	n. 29 (especial)	2023	p. 284 - 306
--------------------------	--------	------------------	------	--------------

Nacional de Diretores de Faculdades/Centros/ Departamentos de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras – FORUMDIR – ressaltam duas ausências comprometedoras na BNC-Formação: a sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, que não podem ser dissociados do domínio dos conteúdos da educação básica, se ensejamos criar condições para o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional; e (2) a unidade teoria-prática atravessando todo o curso, de modo a garantir o trabalho como princípio educativo na formação profissional. Se a formação do professor funda a sua prática docente, evidentemente esse tipo de formação inicial irá repercutir no ensino de Filosofia da educação básica, sobretudo no contexto do novo ensino médio (NEM), que transforma a escola numa arena de disputa docente por espaço no currículo; e numa agência de treinamento discente para o mundo do trabalho precarizado frente ao desemprego estrutural, agência justificada pelas exigências da OCDE e de avaliações como Pisa.

*A BNC-Formação está diretamente relacionada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Reforma do Ensino Médio, instituída pela lei 13.415/2017. Quais contribuições e prejuízos a BNCC e a lei 13.415/2017 trouxeram ou podem trazer para o ensino de Filosofia na educação básica, especialmente no ensino médio? Como você avalia o impacto dessas normativas nacionais na sua atuação profissional?*

**Ada Kroef:** Reforço que a educação, historicamente, vem sofrendo mudanças e novas implementações de diretrizes que, ao mesmo tempo que restringem as possibilidades de criação, investindo na repetição do mesmo, colocam novos desafios de ações que potencializem movimentos de rupturas, de linhas de fuga para novos fazeres no ensino de filosofia. Cabe a nós, a elaboração de programas de formação que enriqueçam as caixas de ferramentas para as análises do contexto de cada especificidades no sentido de criação de singularidades. A resistência é molecular, se dá na relação com a molaridade e nas fendas da mesma para que passe um pouco de caos.

**Vicente Brazil:** Divido o debate sobre as repercussões da BNCC e a Lei do “Novo” Ensino Médio em duas grandes áreas: implicações formativas para os discentes e consequências políticas para formação e atuação docente. Para os educandos do Ensino Médio é muito prejudicial a diluição das especificidades das áreas de conhecimento em grandes áreas generalistas. Direcionando nosso debate para os temas referentes à Filosofia e a grande Área de Ciências Humanas, faz-se necessário entender que não se trata apenas de uma dificuldade oriunda da redução conteudal, e sim, o gravíssimo problema epistemológico de tratar dilemas filosóficos a partir de uma abordagem geográfica ou uma leitura histórica de assuntos eminentemente sociológicos. Por mais dedicado que seja o docente, por maior que seja a carga horária dedicada à área das Ciências Humanas, é simplesmente impossível um único profissional ser capaz de tamanho ecletismo acadêmico. É óbvio que ele vale para as outras áreas, em especial a de Ciências da Natureza, mas também com Português e suas Linguagens ao pensarmos na situação prática que a disciplina de Educação Física enfrenta ao estar subordinada a essa área do conhecimento. É claro que é possível todo um malabarismo retórico e um contorcionismo didático para acoplar epistemes diferentes debaixo de um mesmo grupo

de disciplinas, todavia, o empobrecimento teórico que recai sobre os jovens em formação é muito prejudicial.

Já quando se discute as questões referentes às consequências para formação e atuação docente deve-se considerar um retrocesso político-pedagógico de décadas, que a exigência de uma formação generalista recai novamente sobre os ombros das licenciandas e licenciandos em Filosofia. Há uma perspectiva, em curto prazo, de regresso ao padrão das formações superiores em Estudos Sociais ou Ciências da Natureza que eram muito comuns nas décadas de 1980 e 1990. Como alguém atualmente envolvido nos processos de atualização/adequação de PPC's de cursos de graduação – licenciatura e bacharelado – tenho deparado-me com o desafio de estabelecer os conteúdos mínimos para formação de um professor de filosofia dentro de um prazo razoável e exequível – ou seja, o desafio de constituir um PPC é equilibrar as exigências acadêmicas para a formação de excelentes Professores de Filosofia com a dura realidade, muitas vezes de vulnerabilidade socioeconômica, do universo das licenciandas e licenciandos. Pergunto-me então qual o tempo mínimo para a formação de um profissional academicamente habilitado para ministrar aulas de Filosofia, Sociologia, História e Geografia, simultaneamente, a partir de problemas elegidos e apresentados às educandas do Ensino Médio. Há ainda um efeito político-profissional oriundo da implantação da BNCC e do “Novo” Ensino Médio na Educação Básica, qual seja, a redução da oferta de vagas em concursos para disciplinas específicas – não faz sentido a existência de um certame que selecione profissionais específicos da disciplina de filosofia quando esta sequer é ofertada no currículo do Ensino Médio. Mas essa questão pode amplificar-se ainda mais, se não serão necessários professores especialistas em filosofia para a Educação Básica, também perde o sentido a manutenção de licenciaturas exclusivas para a formação de professores para o Ensino de Filosofia. É neste ponto que a BNCC e a lei 13.415/2017 repercutem mais diretamente em minha prática docente no contexto atual, ou seja, estas alterações já estabelecidas no Ensino Médio devem, a médio prazo, impactar diretamente na oferta de vagas para as licenciaturas em disciplinas específicas, mais propriamente em Filosofia. A possibilidade de tais políticas públicas também repercutem nos programas de pós-graduação de stricto sensu é altíssima, ainda mais se considerarmos o fomento para o estabelecimento de Mestrados e Doutorados Profissionais, com ênfase, na Formação de Professores. Logo, qual será o futuro de Mestrados e Doutorados – acadêmicos e/ou profissionais – se as vagas em licenciaturas para disciplinas específicas tendem a diminuir – tanto para discentes como para docentes –, e se não existem mais aulas de Filosofia no Ensino Médio? As consequências, como num efeito cascata, são gravíssimas e de repercussões tanto imediatas quanto tardias.

**Roberta Damasceno:** Avalio que o discurso aparente presente tanto nos documentos BNCC, BNC-Formação e na lei 13.415/2017 investidos numa reivindicação que busca por uma ampla e qualificada formação técnica (ensino) e engajada do professor é uma justificativa válida. Porém tal reivindicação não perpassa a compreensão de que a formação do professor precisa ser compreendida de forma complementar e indissociável a uma ampla e qualificada formação pedagógico-científica (pesquisa). O que temos como retrato destes documentos e desta reforma do ensino médio é a imagem da formação que retirada da tutela da Universidade mostra o seu interesse alicerçado em uma formação aligeirada, esvaziada de teoria e fortemente instrumental.

Os impactos para o campo de atuação do professor-formador não só de Filosofia, mas de todas as áreas são de retrocessos, pois com a BNC-Formação e as suas exigências que modificam o *modus operandi* da política de formação docente o que temos é um currículo e uma formação pautada em competências e habilidades predeterminadas. O que faz com que nossa prática docente esteja diretamente alinhada e direcionada com o predomínio da lógica do capital humano, a qual, centrando tudo nas demandas do mercado, na economia, na concorrência e no tecnicismo ignora as necessidades materiais, sociais, culturais dos sujeitos, e mais, acentuando a expropriação do conhecimento docente.

**Elizabeth Furtado:** As reformas produzidas pelo novo ensino médio (NEM), pela BNCC e pela BNC-Formação, pelo texto e pelo contexto, me sugerem uma estratégia de governamentalidade, como define Foucault, visando à regulação de subjetividades no processo de adequação da educação à lógica neoliberal. Como não existe neutralidade, a política educacional resulta de disputas entre os grupos e classes de interesses distintos, por vezes antagônicos, que expressam as relações econômicas, políticas e culturais da sociedade. A BNCC e o NEM foram construídos longe do chão da escola, com uma questionável participação da comunidade escolar e uma forte presença do empresariado, e depois jogado às escolas, num contexto pandêmico, como uma receita curativa para males educacionais. Os professores, sem tempo para a reflexão necessária, foram premidos a implantar essas mudanças que estão mexendo com a organização curricular e com a prática docente.

Para convencer a sociedade sobre a necessidade e a importância das reformas, um discurso convenientemente ideologizado e uma publicidade massiva vincularam a BNCC e o NEM à defesa da autonomia, da diversidade cultural e do protagonismo juvenil; e à melhoria do ensino médio, da formação para o mundo do trabalho e para o empreendedorismo. Para todas essas promessas, a proposta apresentada foi uma mudança curricular que, paradoxalmente, coloca o acesso ao conhecimento em função de competências e habilidades. Essa inversão abre espaço para a defesa do inatismo e da meritocracia; banaliza, justifica e aprofunda as desigualdades; desconsidera as diferenças e as políticas públicas afirmativas e de reparação social; e recrudescer velhas teses do capital humano comprometidas com a eficiência e a competitividade.

Embora alicerçadas em irrefutáveis críticas ao conteudismo, à fragmentação dos saberes, ao déficit de aprendizagem e à evasão do ensino médio, essa “nova arquitetura” curricular está marcada pelo estranhamento dos processos autoritários pensados fora da escola para a escola. No que tange à Filosofia, que historicamente existiu num movimento pendular de entrada e saída do currículo da escola básica, agora está conformada à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Perdeu seu status de disciplina obrigatória e mais uma vez terá que encontrar um lugar e um tempo no novo currículo do ensino médio. Sem pessimismo, discordo das tentativas de fazer crer que toda esta complexa situação pode ser compreendida a depender da forma de ver o problema, ao estilo *meio copo cheio vs. meio copo vazio*. A BNCC tirou a Filosofia do currículo ou a BNCC amplia o espaço para a Filosofia no currículo? Prefiro uma análise de realidade, e o fato é que a Lei 13.415/2017, tão nefasta não apenas à Filosofia, mas à educação brasileira, retirou a obrigatoriedade do ensino de Filosofia na escola básica e determinou que a BNCC incluía obrigatoriamente estudos e práticas de Filosofia ao ensino

médio. Nas DCNEM (2018), a Filosofia também aparece como estudos e práticas, acrescentando que estes devem ser tratados de forma contextualizada e interdisciplinar, podendo ser desenvolvidos por projetos, oficinas, laboratórios, dentre outras estratégias de ensino-aprendizagem. Além disso, não existe nestas normas nenhuma menção acerca do lugar e do tempo da Filosofia no currículo.

No texto da BNCC, a Filosofia é mencionada apenas em três ocasiões: em duas delas aparece como um dos componentes da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA) e, na terceira, aparece relacionada às temáticas do tempo como matéria de reflexão filosófica. Dentre as seis competências e as 31 habilidades da área de CHSA, faz-se referência à atividade filosófica apenas duas vezes. Considerando essa indefinição quanto à Filosofia no currículo no NEM, não há qualquer garantia de que a Filosofia permaneça enquanto uma disciplina, nem muito menos que ela esteja presente em todas as séries do ensino médio; por outro lado, não há nenhum impedimento à presença da Filosofia no currículo. As possibilidades da ausência ou da presença da Filosofia no currículo do ensino médio ou a diluição da disciplina de Filosofia em temas filosóficos tratados como conteúdos interdisciplinares dependem das redes de ensino e das escolas.

Apesar de não termos ainda o tempo vivido necessário para uma análise criteriosa da implantação dessas reformas, o contato com professores que estão vivendo este momento inicial das mudanças na escola me permite constatar o grande esforço de adaptação dos professores de Filosofia. Além da tentativa de manutenção da carga horária no tempo reservado à base comum, no limite das possibilidades, esses professores realizam a defesa do ensino de Filosofia na escola, procurando fazer dos itinerários novos caminhos para a formação filosófica. A professora Mônica Ribeiro, no texto “*A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso*”, analisa que, ao implementar as mudanças, os professores terminam por redimensionar significados, mesmo que consideremos que a precarização a que tem sido submetida a formação dos professores os torne alvos mais fáceis de uma razão que tem limitado a possibilidade de gerar a capacidade de reflexão e de crítica.

Por fim, avalio que essas medidas, que também atingem diretamente a formação do professor, podem fragilizar ainda mais uma formação já precarizada. Por trabalhar com formação docente, penso, como já afirmei anteriormente, que precisamos reagir a estas mudanças considerando as concepções de humanidade, educação e sociedade com as quais essas propostas estão comprometidas, e retomar o debate que estávamos travando anteriormente. No caso específico da formação dos professores, precisaremos recolocar os princípios norteadores da base comum nacional para a formação inicial e continuada construídos coletivamente: sólida formação teórica e interdisciplinar; unidade teoria-prática; trabalho coletivo e interdisciplinar; compromisso social e valorização do profissional da educação; gestão democrática; e avaliação e regulação, pelo poder público, dos cursos de formação respaldados pelas DCNFICPM/2015.

***No Ceará, a Filosofia é ensinada de diversos modos. Ensinada no interior e na Capital, nas Universidades, Faculdades e Institutos Federais (IFCE), bem como na educação básica. Pensando na sua realidade de trabalho, na localidade e nas demais especificidades que a atravessa, pode falar um pouco sobre o ensino de Filosofia no seu contexto educacional?***

**Ada Kroef:** O ensino de filosofia, ainda, é muito marcado pelo desfile de filósofos e seus respectivos pensamentos numa perspectiva linear, sem o estabelecimento de relações do pensamento com a vida, com o cotidiano, fazendo da filosofia uma matéria chata e, principalmente, sem sentido. São poucos professores que relacionam conceitos com temas atuais e ou conseguem fazer uma contextualização histórica, situando com que arte e que ciência o pensamento de cada filósofo ou escola na história da filosofia conversa. Quais as relações e implicações no pensamento para análises críticas do presente.

**Vicente Brazil:** Nos últimos 7 (sete) anos tenho atuado na formação de professores para a atuação na macrorregião do Sertão de Crateús. Em toda a CREDE 13, a qual abarca 11 municípios, 40 instituições educacionais, e mais de 10 mil estudantes, não há nenhum docente efetivo aprovado para ocupar uma vaga na disciplina de Filosofia. Tal dado é tão catastrófico quanto imoral, denuncia o completo descaso da Política Educacional do Estado do Ceará na área das Ciências Humanas e, mais propriamente, em relação à Filosofia. É de conhecimento público que existe uma gravíssima lacuna na oferta de Licenciaturas em Filosofia no Ceará, apenas cinco municípios – Fortaleza, Sobral, Quixadá, Iguatu e Juazeiro – reúnem os parques cinco cursos presenciais que são credenciados pelo MEC para oferecer presencialmente licenciaturas em Filosofia para formar docentes habilitados para a atuação nos 184 municípios do nosso pobre estado. É claro que tais dados revoltantes são distintivos do caos que é a excludente política governamental para fomento da Educação Superior no Ceará, porém, no caso da formação de docentes para o Ensino de Filosofia, tudo é mais grave e reprovável. Ressalte-se ainda que esse tipo de ocorrência – a inexistência de docentes habilitados para a ministração de aulas de Filosofia –, que não é rara na Educação Pública, também tem sua versão no Ensino Privado, por meio da ministração de aulas de Filosofia por profissionais licenciados em outras áreas. Essa brevíssima digressão tem como fim contextualizar minha recente colaboração para o ensino e formação de novos docentes de Filosofia. Esse dramático contexto educacional tem repercussões diretas na formação dos discentes da Educação Básica e da relação destes com as temáticas filosóficas. Não é à toa que muitos educandos do Ensino Médio não sentem qualquer inclinação ao debate de problemas do campo da Filosofia, uma vez que estes são apresentados de forma apenas caricatural ou limitada por educadores com formação acadêmica oriunda de outras áreas do saber. É sabido que, em muitos casos, a disciplina de filosofia e aquelas associadas ao seu conteúdo, são assumidas apenas com a finalidade de complementar a carga horária de um docente em atuação com foco em outras disciplinas e até outras áreas do conhecimento. Como parte de minha atuação no Ensino Superior, em razão de atuar em uma outra licenciatura que não uma que forma docentes em Filosofia, tenho me dedicado a construção de espaços não-formais para o Ensino de Filosofia: Grupos de Estudos, Atividades de Extensão, Monitorias Acadêmicas, Atividades de Pesquisa etc. Esse coletivo de práticas não é exclusivo para estudantes da UECE, mas também é aberto para a comunidade externa, inclusive para estudantes da Educação Básica. Deste modo, ainda que de forma limitada, a promoção de um ambiente filosófico – por meio da apresentação de autores, temas e obras – tem sido realizada. Além disso, tenho desenvolvido atividades de extensão em instituições educacionais de Ensino Médio com atuação direta junto a educandas/os da Educação Básica, mais ainda, diante da absoluta carência de docentes de Filosofia na CREDE 13, alguns egressos da Universidade Estadual, local em que ministro aulas, mesmo sendo

licenciados em Pedagogia e não Filosofia, têm assumido disciplinas obrigatórias e eletivas ligadas à área de Ciências Humanas e de Filosofia. Já em minha atuação na Coordenação do PPGFIL/UECE, tenho buscado desenvolver e fomentar pesquisas no campo do Ensino de Filosofia, tanto publicando artigos, quanto orientando pesquisas a partir de recortes teóricos, em especial, a partir de autores da antiguidade clássica ocidental. Como já apontado anteriormente, toda a área do Ensino de Filosofia ainda é subvalorizada no âmbito da Pós-graduação nacionalmente, porém, mais uma vez devo ressaltar, tenho-me aplicado, como empenho pessoal e institucional, a fomentar tal campo de pesquisa.

**Roberta Damasceno:** No primeiro momento desta entrevista afirmo que atuo na formação de professores de Filosofia como docente temporária na Universidade Estadual Vale do Acaraú no curso de Filosofia da cidade de Sobral. Acompanho as disciplinas de formação de professores do curso de Filosofia, o que me faz relatar uma percepção de como o ensino de Filosofia se efetiva no chão das escolas e na Universidade. A cidade de Sobral no Ceará tem sua relevância pois é um município de potência regional, localizado entre duas capitais do nordeste, Fortaleza e Teresina, e a UVA é uma instituição de grande importância e formação de profissional para atuarem como docentes naquela região o que faz do curso de filosofia o lócus que atende a formação de docentes de muitas cidades que compõem a região noroeste do estado ou melhor a região que abrange o Vale do Acaraú. Dentro das regionalidades que circundam a universidade e o curso de filosofia o que temos são reflexos de diversas realidades, não só das escolas, mas também de nossos alunos. Diante dessas realidades que são históricas, sociais, políticas, o ensino de filosofia busca enfrentar não só um deslocamento temporal relacionado a própria história da filosofia e de seu ensino, como de um desvencilhar de uma prática tradicional, bacharelesca, conservadora e hegemônica. Por que venho dizendo isso? Precisamos compreender o ensino de filosofia a partir de uma concepção de filosofia que não seja mais hegemônica e deslocada da realidade, o professor de filosofia seja na universidade ou na escola não pode afastar o seu ensino do contexto em que está situada sua prática e nem distante das demandas que emergem do seu público e sem deixar de pensar que a formação está diretamente ligada ao exercício da docência na educação básica. Temos uma realidade física de escola e de universidade que longe dos grandes centros necessitam de investimentos financeiros para garantir o funcionamento de suas estruturas, o que nos pede pra repensar as nossas condições de trabalho. O perfil de nossos alunos são múltiplos, damos aulas para alunos da zona rural e de outros municípios perto de Sobral que gastam mais de duas horas para chegarem a Universidade e muitas vezes nos chegam sem contato com o ensino de filosofia, seja porque a escola apesar de ter filosofia no currículo não tem o profissional formado na área para ministrar aula, o que na maioria das vezes se tornam um problema para nós professores formados, mas temos casos de professores formados em Filosofia que referenciados por sua formação continuam a reproduzir o ensino de manual, sem a preocupação com uma didática ou metodologia para o ensino de filosofia . Esse modelo de ensino de filosofia que nos parece estranho pois não sabemos como ele acontece no interior das escolas moldam a percepção da filosofia e do seu papel social na vida de nossos futuros alunos candidatos a professores de filosofia. São estes alunos, na sua grande maioria escolhem concorrer ao vestibular para cursar filosofia sem ter uma compreensão do campo de atuação e da própria Filosofia e que chegam às portas das salas de aula do curso de Filosofia e que precisam em um espaço de tempo de 3 a

4 anos adquirir uma formação sólida em história da filosofia e em formação pedagógica. É esse aluno que estamos a formar que precisa tomar consciência da sua formação como docente de filosofia e acima de tudo lidar com os desafios da escolha da profissão e da manutenção do seu posto de trabalho.

Nossas frentes de batalha são muitas e se configuram desde de uma reestruturação do currículo da licenciatura para que este execute o desapego da formação bacharelesca, envolvendo também uma mudança cultural de percepção dos professores do curso e vai até uma batalha a ser travada politicamente para que a disciplina de filosofia na escola seja ministrada pelo professor de filosofia formado o que nos mobiliza a lutar por maiores investimentos (financeiros e pedagógicos) na formação de professores de filosofia. Garantir a vitória nessas frentes poderá nos propiciar uma formação de profissionais mais engajados, conscientes do lugar da filosofia na formação dos nossos jovens da educação básica e também dos futuros profissionais no ensino superior .

**Elizabeth Furtado:** Começo falando da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a instituição pública em que trabalho e que tem como maior compromisso a formação de professores, já que cerca de dois terços dos cursos oferecidos são licenciaturas. Considero ser esta a maior contribuição para o desenvolvimento do Ceará e para a melhoria da qualidade de vida do povo cearense. Na nossa sociedade, cuja razão mercantil impede a valorização da educação e dos professores, as licenciaturas são os cursos menos prestigiados dentro e fora das universidades. As políticas públicas de formação de professores também refletem essa realidade e, no contexto de estado mínimo, tratam a educação sob a lógica da economia de exclusão. Vista como gasto, mesmo quando colocada no centro das demandas de uma sociedade dita do conhecimento e da revolução informática, a educação, em geral, carece de recursos, e as universidades, em particular, se ressentem da falta de aporte financeiro que lhes permita cumprir sua função social. A UECE não está fora deste contexto, enfrenta enormes carências sobretudo de professores. Atualmente o curso de Filosofia funciona com mais da metade de professores com contrato temporário, e isso afeta diretamente a qualidade do curso. A alta rotatividade e a grande carga de horas de ensino dos professores temporários têm comprometido o ensino e restringido o desenvolvimento da pesquisa e da extensão.

Portanto, o ensino de Filosofia na universidade não difere muito dos desafios postos ao ensino básico pelo projeto de mercantilização da educação. As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia instruem: 1) uma sólida formação de história da Filosofia, que capacite para a compreensão e a transmissão dos principais temas, problemas, sistemas filosóficos, assim como para a análise e reflexão crítica da realidade social em que se insere; 2) licenciatura e bacharelado devem equivaler em conteúdo e qualidade na formação; 3) dirigida, sobretudo, para a formação de discentes de Filosofia para o nível médio; 4) deve ofertar o elenco tradicional das disciplinas básicas, incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam (CNE/CES 492/2001). A licenciatura em Filosofia da UECE tem uma existência simbiótica com o bacharelado, e, por não ter um corpo de professores próprios, estabelece no PPC um fluxo de disciplinas alinhado ao bacharelado, ou seja, as disciplinas ligadas à Filosofia são realizadas junto com o bacharelado. Se, por um lado, isso pode contribuir para uma sólida formação em Filosofia, por outro, os conteúdos definidos para a educação básica e as didáticas próprias de cada conteúdo

aparecem mais na parte final do curso, como se a formação para a docência acontecesse apartada dos conteúdos filosóficos.

Essa é a velha questão da relação teórico-prática que assombra as licenciaturas, mas o problema não se restringe ao ordenamento das disciplinas, pois seria simplista ligar as disciplinas específicas de Filosofia à teoria e as disciplinas pedagógicas à prática. Essa dissociação de aspectos indissociáveis, para Saviani, se deu por um processo de abstração que atinge tanto as disciplinas ditas teóricas quanto as práticas, quase sempre conferindo superioridade àquelas em relação a estas. Para recuperar essa indissociabilidade, será preciso considerar a prática docente como fenômeno concreto, como ocorre nas escolas, e compreender a formação docente fundamentada na práxis. Daí a importância do estágio como eixo da formação associado à reflexão filosófica como eixo articulador de toda formação.

Por uma questão de concepção da formação e pelas condições concretas limitantes do curso, a reflexão filosófica, que deveria ser o elemento pulsante de toda a formação do professor de Filosofia, ocorre muito menos que o necessário. Avalio que esta questão está ligada ao fato de não termos a área de ensino de Filosofia consolidada, o que se deve, sobretudo, à ausência de professores especialistas na área. Como ressalta a profa. Patrícia Velasco na busca pelo estatuto epistemológico do ensino de Filosofia, as pesquisas em Filosofia na universidade são um lugar para especialistas. Não existindo especialistas de Filosofia em ensino de Filosofia, não é possível a pesquisa deste tema nem as questões do ensino de Filosofia podem ser trabalhadas filosoficamente. Isto se reflete na licenciatura, que tem sido secundarizada não obstante as iniciativas da última década, fundamentais para o ensino de Filosofia – como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), o Mestrado Profissional em Filosofia (PROF- FILO) e o Grupo de Trabalho (GT) da ANPOF Filosofar e Ensinar a Filosofar – e toda produção daí oriunda que surgiu a partir da obrigatoriedade da Filosofia na escola e das demandas sociais por mais professores de Filosofia.

Neste momento de mudanças nas normas da formação docente, quando o PPC da licenciatura deve ser revisto, estamos tão imersos nas carências de professores para ofertar as disciplinas previstas para o semestre que este ponto não tem entrado na pauta do colegiado. Além disso, a enorme rotatividade de professores temporários, em grande parte sem interesse no ensino de Filosofia por terem outras especialidades, não favorece o debate da licenciatura e tem contribuído para uma formação docente que pouco privilegia o debate filosófico acerca do ensino de Filosofia na escola. *Grosso modo*, avalio que a falta de professores efetivos e especialistas em ensino de Filosofia no curso, além da falta de uma coordenação específica da licenciatura, são pontos fundamentais para repensar o projeto formativo do curso de licenciatura em Filosofia da UECE. Apesar do inegável esforço de oferecer uma formação docente de qualidade, é preciso reconhecer que ainda estamos distantes, nos moldes atuais do curso, de considerar a prática docente como ponto de partida e ponto de chegada da formação docente. Precisamos rever nosso PPC e tentar articular os conhecimentos filosóficos e as mediações didáticas necessárias tendo a reflexão filosófica como componente intrínseco a toda formação do professor de Filosofia.

*Para finalizar, gostaria de fazer considerações mais livres sobre o ensino de Filosofia, que não tenhamos perguntado, mas que se faz importante considerarmos nesse momento tão*

*singular em termos de desafios para o ensino de Filosofia no Brasil? Por exemplo, quais são suas expectativas para o futuro do Ensino de Filosofia no Ceará? Fique à vontade para suas considerações finais.*

**Ada Kroef:** Acho importante o deslocamento de conceitos filosóficos para analisarmos a educação e não conceitos da própria educação, pedagogia, psicologia para pensar o plano da educação. A educação carece de conceitos filosóficos e só poderemos exercer pensamento ao considerarmos a mesma como um plano de imanência, numa potência de criação de novos conceitos. “Filosofia tem, mas, tá faltando”, faltando experimentação com arte, com criação do novo e não repetição do mesmo, identificação e cognição... A filosofia e seu ensino têm suma importância numa sociedade de controle, midiática, onde as chamadas *fake news* imperam na produção de subjetividades capitalísticas, produzindo modos de relações com o mundo serializadas, homogêneas e automatizadas, capturando as diferenças em territórios existenciais bem demarcados e definidos, investindo em identitarismos que, ao mesmo tempo que agrupam, segregam e imobilizam.

**Vicente Brazil:** Penso que um debate enriquecedor, que não foi possível ser visitado neste sintético conjunto de questionamentos, é o lugar da Filosofia no Documento Referencial Curricular do Ceará do Ensino Médio – DCRC-EM. Na verdade, é possível apresentar uma questão anterior ao se realizar uma conexão entre BNCC, DCRC e o debate sobre a natureza e finalidade destes documentos balizadores da educação nacional e estadual, respectivamente. Numa rápida equiparação dos dois documentos, fica evidente o apagamento da Filosofia na BNCC, por outro lado, há no DCRC um conjunto tão detalhado de habilidades específicas que o documento tende a ser compreendido como uma espécie de currículo mínimo. Em ambos os casos, o lugar da Filosofia na Educação Básica é distorcido, uma das hipóteses a ser investigada seria a de que o excesso descritivo do DCRC-EM é resultado da quase ausência da Filosofia e dos debates em seu entorno no registro da BNCC. Uma outra possibilidade é de natureza política, qual seja, quando a equipe redatora do DCRC-EM estabelece um minucioso arco de conteúdos, temas e questões, a ser discutido isto acaba impondo a necessidade, ainda que não se tenha mais a obrigatoriedade legal, do Ensino de Filosofia em todo o curso do Ensino Médio. Outra questão em aberto é o desafio do desenvolvimento de materiais didáticos para o Ensino de Filosofia, sobretudo, quando consideramos as novas tecnologias informacionais e seu impacto nas juventudes. Dito de outra forma, como o Ensino de Filosofia, por meio dos instrumentais metodológicos para seu acontecimento, pode apropriar-se do universo da comunicabilidade digital-algorítmica, tão própria dos contextos juvenis, como arena discursiva para o debate das questões filosóficas? A simples negação ou estereotipização das redes sociais, e demais ambientes digitais de comunicação, como *locus* de *trolls* ou *haters* não é uma atitude produtora para o enfrentamento do obscurantismo e fanatismo digital que testemunhamos na sociedade contemporânea. Por fim, mas não menos importante, como entusiasta de ações extensionistas, penso que é de extrema importância um debate sobre o Ensino de Filosofia em espaços não-escolares. Sim, nosso compromisso político com a luta pela garantia do lugar da Filosofia na Educação Formal é inadiável como tema de primeira ordem, todavia, a amplificação do debate filosófico em ambientes não-escolares pode ser um importante método de popularização e aproximação da Filosofia com a população em geral. Tal atitude parece relevante em uma sociedade como a nossa, em que a filosofia foi sistematicamente atacada nos últimos quatro anos pela estrutura política reacionária vigente, assim, quando adotamos, como

coletivo de docentes em filosofia, o compromisso de uma comunicação científica fluida e acessível, podemos recolocar a Filosofia no seu digno status social.

**Roberta Damasceno:** Sou bastante otimista em relação ao futuro do Ensino de filosofia no Ceará. Acredito ter razões para isso, razões que se concretizam pelo engajamento de um contingente significativo de colegas que estão envolvidos com o Ensino de Filosofia. Estamos ganhando espaço nas discussões dentro dos departamentos de Filosofia, nas Associações de representação da classe de professores e pesquisadores de Filosofia, como é o caso da ANPOF. Vejo com muito entusiasmo a formação de uma futura Associação de professores de filosofia e a aproximação entre alunos dos cursos de licenciatura em Filosofia com os docentes para articular estratégias para a qualidade e permanência do ensino de Filosofia. Importante dizer, estamos ganhando visibilidade no cenário educacional, fazendo acontecer momentos e constituindo espaços fundamentais pela permanência da filosofia nos currículos escolares observando suas características, seus métodos e sua singularidade na formação dos alunos da educação básica. É certo que precisamos nos manter vigilantes e combativos pois não há uma garantia de que o ensino de filosofia permaneça presente nos currículos ou que a formação do profissional de filosofia esteja blindada dos reformismos curriculares impostos por uma dominação técnica, ética e cultural característicos da sociedade capitalista neoliberal, que movimenta o Estado em sua complexidade teórica e prática em prol de estabelecer consensos funcionais e adaptativos para a população implementando a sua lógica de funcionamento. Preciso de dizer que hoje existe professores de filosofia muito mais conscientes e envolvidos com a luta pelo ensino de Filosofia, precisamos aumentar esse contingente, mas teimo em dizer, parafraseando uma frase de Rosa Luxemburgo, hoje sentimos e compreendemos muito mais as amarras que nos prendem, estamos em movimento.

**Elizabeth Furtado:** Mesmo compreendendo os tempos desafiadores, tendo a olhar o futuro com esperanças. Esperanças do verbo esperar, como afirmava Paulo Freire, não por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico, enquanto necessidade ontológica que precisa da prática para tornar-se concretude histórica.

O movimento de privatização da educação brasileira, consolidado nas últimas reformas como estratégias de produção de consensos, revela o crescente avanço do privado sobre o público característico da política neoliberal ora fortalecida na associação com a direita ultraconservadora. Mas os interesses destes grupos não se limitam à educação, o que está em jogo é um projeto de nação num panorama globalizado. Duas pesquisadoras estadunidenses, Rebecca Tarlau e Kathryn Moeller (Pennsylvania State University e University of Wisconsin-Madison) realizaram um estudo de caso da Fundação Lemann e escreveram *O Consenso Por Filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil*. Elas constataram que as fundações não impõem políticas públicas aos governos: em vez disso, tornam técnicos os debates políticos; cooptam funcionários do Estado na busca de um consenso sobre as políticas a serem adotadas organizando redes, patrocinando pesquisas e realizando seminários educacionais; e oferecem um suporte econômico e organizacional para a implementação dessas políticas. Uma estratégia, portanto, semelhante ao que Gramsci chama de “guerra de posição”, para demonstrar que não se trata de um processo “técnico”, e sim de uma explícita estratégia para colocar a nação num caminho específico. Enquanto o enfrentamento direto tem por consequência comum a resistência, o consenso por filantropia, quando consolidado, gera

tamanha adesão que qualquer perspectiva ou proposta contrária passa a ser marginalizada pelos seus adeptos. Daí a grande dificuldade de reação a esta estratégia tão bem consolidada nas atuais reformas impostas à escola e ao ensino.

Neste sentido, podemos compreender que os retrocessos impostos à educação e ao ensino de Filosofia não são atos isolados, mas fazem parte de um embate de projetos societários antagônicos e, por isso, contrariando os aparentes consensos, precisamos organizar uma resistência ativa e propositiva. Avalio que o futuro do ensino de Filosofia no Ceará e em todo país passa pela organização dos professores, como a associação de professores de Filosofia que estamos construindo aqui no Ceará, e da sociedade civil, num amplo movimento de mobilização nacional, que já começa a aparecer, em torno da revogação da BNC-Formação, da Reforma do ensino Médio e da BNCC. Certamente não será fácil a luta por um projeto de educação e formação docente alinhado à defesa da educação, como direito humano, e da escola pública, universal e gratuita em todos os níveis, alinhada a um projeto de emancipação para além da emancipação política.

Essa resistência precisa nascer no chão da escola, da experiência concreta da construção de um currículo autêntico, de modo que, para além de itinerários e trilhas, será preciso sedimentar novos caminhos a partir escola, das práticas docentes reais, do conhecimento socialmente comprometido, considerando-se os saberes produzidos na escola, os objetivos da formação e as condições materiais e imateriais em que essa transformação ocorra. Pois, como acentuam Deleuze e Guattari, em *O que é a filosofia?*, “uma possibilidade de vida se avalia nela mesma, pelos movimentos que ela traça e pelas intensidades que ela cria, sobre um plano de imanência (...) não há nunca outro critério senão o teor da existência, a intensificação da vida”. Sigamos!

## **CURRÍCULO DAS(OS) ENTREVISTADAS(OS)**

### *Ada Beatriz Gallicchio Kroef*

Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará-UFC. Graduada em Teologia e Formação Pedagógica com Licenciatura Plena em Filosofia pela Faculdade Kurios (diploma chancelado pela Universidade Federal do Ceará - UFC). Pós-Graduada em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM. Realizou capacitação em Informática Educativa, curso realizado pela Universidade Federal do Ceará (Instituto UFC Virtual), e-Próinfo (MEC) e Centro de Referência do Professor (CRP). Atualmente é Professora Efetiva da Rede Pública Municipal de Pacatuba. Professora Coordenadora do Laboratório de Informática da Rede Estadual de Educação (SEFOR-NUFOR), no Núcleo de Tecnologia da Educação (NTE) com Projetos Educacionais.

**Link currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0134131107132946>

### *Vicente Thiago Freire Brazil*

Possui graduação, Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (2018), Especialização em Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci UNIASSELVI (2019). Trabalha em projetos educacionais em ambientes formais e informais, onde atuou como professor Bolsista do programa federal Mais Educação, Bolsista do PIBID Filosofia pela UECE. Atualmente é membro do Fórum de professores supervisores de Filosofia UECE, professor nas Instituições de ensino: Creche Escola Espaço Vida e Colégio Duque de Caxias. Tem o interesse de estudar Filosofia da Educação, Ensino de Filosofia e Filosofia Política.

**Link currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3922153001209706>

### *Roberta Liana Damasceno Costa*

Mestranda em sociologia UFC com bolsa CAPES. Licenciada em letras português pelo Centro Universitário Claretiano (2021). Especialista em filosofia e ensino de filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (2019). Licenciada em filosofia pela Universidade Federal do Ceará (2017). Foi bolsista de monitoria acadêmica e do programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID). Foi assistente da gestão e professora voluntária no projeto de extensão transpassando a Universidade Estadual do Ceará. Trabalhou no laboratório de inclusão e na célula da diversidade da secretaria do trabalho e desenvolvimento social do Governo do Estado do Ceará. Foi professora do projeto e-jovem da secretaria estadual de educação do Ceará e foi professora da rede municipal de ensino de Fortaleza nas áreas de ciências humanas, história, geografia e ensino religioso, nas turmas da educação de jovens e adultos e ensino fundamental II do sexto ao nono ano. Atualmente participa do laboratório de estudos em política, educação e cidade (LEPEC) associado à linha de pesquisa cultura, política e conflitos sociais do programa de pós-graduação em sociologia da UFC. Tem interesse de pesquisa nas seguintes temáticas: sociologia; educação; transexualidade; juventudes; sociologia da educação; sociabilidades na escola; políticas públicas e educacionais.

**Link currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8310605183404807>

### *Elizabeth Bezerra Furtado*

Graduada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Fortaleza (1981), e em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (1987). Possui mestrado em Educação pela Universidade

## **ENTREVISTA COM PROFESSORAS (ES) DE FILOSOFIA DO ENSINO...**

Ada Beatriz Gallicchio Kroef / Vicente Thiago Freire Brazil / Roberta Liana Damasceno Costa / Elizabeth Bezerra Furtado

Federal do Ceará (1991) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2002). Atualmente é professora adjunto da Universidade Estadual do Ceará no curso de Filosofia.

**Link currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0619402317070400>

305

## **CURRÍCULO DOS ENTREVISTADORES**

### *Antônio Alex Pereira de Sousa*

Doutorando e mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Filosofia pela Universidade Estácio de Sá. Coordena o Grupo de Estudos em Foucault (GEF-UFC) e participa do FILODITEC (Eixo de pesquisa Filosofias da Diferença, Tecnocultura e Educação do PPG em Educação da UFC). Professor de Filosofia concursado da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Desenvolve pesquisa em Filosofia Contemporânea, Educação, Ensino de Filosofia, Gênero, relações étnico-raciais, Ética, Currículo e temas gerais em torno da produção filosófica de Michel Foucault (Sexualidade; Poder; Direito; Racismo de Estado; Filosofia; Saber; Cuidado-de-si; Neoliberalismo; Subjetividade).

**Link currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9432362482614655>

### *Paulo Willame Araújo de Lima*

Professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE). Doutorado em andamento pelo programa de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) na linha de pesquisa "Arte, Subjetividade e Cultura". Mestre em Filosofia, na linha de Ética e Política da Universidade Federal do Ceará (UFC), pesquisando o tema da violência a partir de Jean-Paul Sartre. Graduando no bacharelado em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com matrícula temporariamente trancada. Integrante do Coletivo Kintal de Afetos e do Coletivo Transpassando. Embaixador da Juventude pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC em parceria com o Instituto Caixa Seguradora. Licenciada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Voluntário no Programa de Extensão Transpassando UECE. Foi Agente Educacional da Busca Ativa, na Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME); Estudante da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS formado pelo CREAECE. Estudante de Teatro, ator e colaborador na escrita do texto de Re-talho, espetáculo com direção de Neidinha Castelo Branco (CPBT-TJA). Foi bolsista do Programa de Bolsa de Estudos e Permanência Universitária (PBEPU). Foi representante discente no Colegiado de Filosofia. Foi bolsista de Iniciação à Docência (PIBID). Foi bolsista de Iniciação Científica (IC). É arte-educador e audiodescritor mediante estágio educacional realizado no Museu da Cultura Cearense (MCC). Técnico em Finanças pela EEEP José de Barcelos. Produtor Cultural e Coordenador na organização de eventos socioculturais, acadêmicos e artísticos. Coordenador de Acessibilidade Cultural em vários projetos ligados aos Coletivos Transpassando e Kintal de Afetos. Experiente em representações político-administrativas como liderança de sala, coordenação de grupos juvenis e representações estudantis universitárias.

**Link currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5476643014624172>

306